

NOTA DE REPÚDIO

O COLETIVO POR UM MINISTÉRIO PÚBLICO TRANSFORMADOR – TRANSFORMA MP, que reúne integrantes dos vários ramos do Ministério Público visão humanista e progressista, nos termos originais da Constituição de 1988, vem publicamente manifestar repúdio ao processo de desmonte da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. É a própria memória do Brasil que se encontra ameaçada, ante o notório projeto político de reescritura da própria história brasileira, escondendo da sociedade a comprovação dos fatos mais sensíveis da história contemporânea desde a última ditadura (1964-1985).

Conforme denunciado em matéria da Carta Capital, em 03 de março, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que administra a Política responsável pela preservação documental de relevância pública, vem passando por sucessivas reformas em seus quadros e também em sua regulamentação (Lei 8.159/1991 e Decreto 4.073/2022). O resultado, por um lado, é a entrada de pessoas não comprometidas com a preservação e a busca da verdade histórica. Por outro, diminui-se o controle social e a publicidade sobre os procedimentos obrigatórios para o descarte de documentos arquivados. É inadmissível um processo de eliminação de documentos que não seja plenamente transparente, embasado em avaliações técnicas e com possibilidade efetiva de recurso. O contrário é repetir, por vias legais mas ilegítimas, as fogueiras de arquivos praticadas ao final das ditaduras Vargas e Civil-Militar.

Os arquivos públicos sempre foram uma fonte essencial para a compreensão de nossa história. Mais do que matéria de estudo acadêmico, servem como meio para um ajuste de contas com a própria história e suas mazelas. Para reparar é preciso primeiro conhecer. Para conhecer é preciso acesso às informações. O exemplo mais notório é a própria publicação do livro Brasil Nunca Mais – que fundamentadamente expôs os crimes do Estado Brasileiro, valendo-se de extensa pesquisa documental em arquivos públicos. Já disse Edmund Burke “Um povo que não conhece sua História está fadado a repeti-la”. Acrescentamos: *será sempre manipulado pelas elites dominantes*. Vale observar que a própria existência dos documentos não pode ser considerada “ameaça” a quaisquer interesses políticos – mas como bases para exames técnicos e embasados em fatos, de forma a garantir um debate qualificado e narrativas que vão além das mera *fake news*.

É notória a antipatia do atual governo à Comissão Nacional da Verdade, cujos trabalhos podem se ver inviabilizados caso sejam destruídos aqueles documentos – sendo presumível que este seja o principal “alvo” dos presentes gestores. É essencial que a Sociedade Civil e os Órgãos de Controle Externo atentem para a situação e exijam o respeito à memória nacional, por todos os meios legítimos como: requerimentos de informações com base na Lei de Acesso às Informações, Ações Populares, Recomendações, Ações Civis Públicas e, principalmente, a mobilização da sociedade civil.